



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DE LENINE A PUTIN: UMA REVISÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA
POLÍTICA

INÊS MARIA NUNES NEIXA

SETEMBRO - 2022



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DE LENINE A PUTIN: UMA REVISÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA
POLÍTICA

INÊS MARIA NUNES NEIXA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALEXANDRE REIS CARVALHO LEÃO

SETEMBRO - 2022

*“Quando o meu corpo apodrecer e eu for morta
Continuará o jardim, o céu e o mar,
E como hoje igualmente hão-de bailar
As quatro estações à minha porta.
(...)
E os cabelos doirados da floresta
Como se eu não estivesse morta”.*

Sophia de Mello Breyner Andersen
In “Dia do Mar” (1947)

RESUMO

A passagem do planeamento central para uma economia de mercado na Rússia foi um período conturbado. Contudo, existia esperança na convergência com o Ocidente, tanto a nível ideológico como ao nível do sistema económico e, por inerência, num desenvolvimento e aproximação aos padrões de vida.

Esta transição, dependente da gestão pública dos recursos, pautou-se por um conjunto de decisões de índole liberal que balizaram aquele que seria o início de novas relações comerciais no mundo. As reformas não surtiram o efeito desejado, tendo-se verificado uma propensão para a dependência da exportação dos recursos naturais, apesar da oportunidade de diversificação do perfil económico/exportador. Mas será esta a sina daquele que é o país com a maior extensão territorial do mundo?

Neste quadro, a presente dissertação propõe-se a rever, do ponto de vista histórico, a transição de economia planificada para economia de mercado e, consecutivamente, coloca o foco na transformação da economia desde os tempos soviéticos até ao fim do segundo mandato de Putin.

É, portanto, um diagnóstico ao nível estrutural que irá permitir a identificação de semelhanças e diferenças ao longo do tempo e cuja análise pretende servir como ponto de partida a investigações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política; Rússia; Putin; União Soviética; Economia planificada; Economia de mercado

ABSTRACT

The transition from central planning to a market economy in Russia was a troubled period. However, there was hope of convergence with the West, both at the ideological and economic level, and inherently, in a development and approximation to living standards.

This transition, dependent on the public management of resources, was guided by a set of liberal decisions that marked what would be the beginning of new commercial relations in the world. The reforms did not have the desired effect, with a tendency to perpetuate dependence on exports of natural resources, despite the opportunity to diversify the economic/export profile. But is this the fate of the country with the largest territorial extension around the globe?

From this starting point, the dissertation presents the proposal to review, from a historical point of view, the transition from planned to market economy and, simultaneously, focuses on the transformation of the economy from Soviet times until the end of Putin's second term.

It is, therefore, a diagnosis at the structural level that will allow the identification of similarities and differences over the time and which the analysis is intended to serve as a starting point for future research.

KEYWORDS: Political Economy; Russian Federation; Putin; Soviet Union; Planned Economy; Market economy

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer a quem nunca duvidou de mim e do meu trabalho, o Professor Doutor Pedro Leão. À minha irmã, que sempre me incentivou, acreditou desde o início nas minhas ideias e teve o tempo e a curiosidade de me ouvir.

Em segundo lugar, à minha família e amigos, com uma menção honrosa para aqueles que me acompanharam durante o mestrado e que irão perdurar. Margarida Tavares, Joana Azeiteiro e João Campos. Sem vocês não seria igual.

Por fim, à instituição que é o ISEG, uma referência no mundo académico. Foi uma honra ser aluna desta casa.

ÍNDICE

RESUMO	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
GLOSSÁRIO.....	V
1. Introdução.....	1
2. Os sistemas económicos	3
2.1 Princípios gerais da economia planificada	3
2.2 Princípios gerais da economia de mercado.....	4
3. O Período Soviético.....	5
3.1. A economia soviética desde 1928 a 1970.....	5
3.1.1. Organização administrativa	6
3.1.2. Período subsequente à Segunda Guerra Mundial.....	7
3.2. A economia soviética desde os anos 1970: a dependência face ao Ocidente.....	9
3.3. O falhanço das políticas da <i>Perestroika</i>	11
2.3.1. A Lei da Empresa Estatal e a Lei das Cooperativas	11
3.3.2 O declínio do poder e a perda de influência do Partido Comunista	13
4. Período Pós-Soviético: anos 1990.....	14
4.1. As reformas de Yeltsin	15
4.1.1. Política Monetária e Orçamental	16
4.1.2. A liberalização do mercado	16
4.1.3. A “ <i>voucherização</i> ” como meio de privatização	17
4.2 Recessão Macroeconómica.....	18
4.3 O declínio e o início de uma Nova Era.....	19
5. Séc. XXI – O Modelo Putinista (2000-2008).....	20
5.1. Evolução da economia.....	21
5.2. Estrutura tripartida: Setores A, B e C.....	23
5.3. Capitalismo de Estado	25
6. Conclusão	27
Bibliografia.....	29
ANEXOS	33

GLOSSÁRIO

KGB – Comité para a Segurança do Estado

LEE – Lei da Empresa Estatal

NEP – *New Economic Policy*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PIB (pc) – Produto Interno Bruto (*per capita*)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1. Introdução

A economia e a política são conceitos indissociáveis, ou não fosse a primeira apelidada de “economia política” nos primórdios da sua conceção (Nunes, 1994). Apesar de atualmente serem matérias passíveis de serem estudadas de modo independente, a sua abordagem não deixa de estar interligada. Por isso, é claro que as decisões do poder político são e continuarão a ser de extrema importância para o funcionamento da economia (Costa, 2014). Neste sentido, a análise histórica torna-se imprescindível ao abrir espaço para a reflexão sobre as transformações económicas e políticas e a forma como estas se compõem mutuamente.

A formação da Federação Russa é caracterizada por uma mudança abrupta de paradigma. Pese embora a economia soviética até 1970 fosse caracterizada por um forte crescimento económico e consequente desenvolvimento (*vide* Anexo I, tab.1), as condições de vida não eram favoráveis e enfrentava diversos constrangimentos ao nível social. E, ainda que com a descoberta das reservas de petróleo na Sibéria e com o investimento na exploração de recursos naturais, foi a partir dessa década que a economia começou a estagnar. Apesar das tentativas de reforma ainda durante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em diante “União Soviética”, com a implementação veemente da *Perestroika* sob o comando de Gorbachev, acabaria por chegar ao fim o projeto iniciado por Lenine em finais da década de 1920. Sucedeu-se a transição de economia planificada para economia de mercado ou, pelo menos, era essa a perspectiva (Connolly, 2020).

Os anos subsequentes à desintegração da URSS foram cruciais para trilhar o caminho que teria como destino a implementação de uma economia aberta, aproximada ao modelo capitalista ocidental. Visava, nomeadamente, romper com o modelo da economia planificada e garantir que as relações comerciais seriam prósperas daí em diante. Contudo, os indicadores da performance económica (*vide* Anexo I, tab.2) apontavam para uma deterioração das condições de vida na década de 1990. O desalento com a introdução do liberalismo criou as circunstâncias propícias a um regresso ao passado socialista. Mas Putin decidiu contrariar a teoria e optar por uma abordagem diferente, de convergência de interesses distintos (públicos e privados), que viria a criar um sistema próprio e distinto da economia de mercado.

Esta dissertação é a uma revisão, do ponto de vista histórico, da economia política em território russo. Pretende-se assim analisar se a Rússia é efetivamente uma economia em transição (de economia planificada para economia de mercado) ao identificar os pontos comuns e os pontos divergentes ao longo da sua história. Esta questão é levantada por autores como Shleifer & Treisman (2005) e Kotz (2001) que contestam a posição dominante do modo de produção capitalista na estrutura económica no período subsequente ao socialismo.

Este Trabalho Final de Mestrado tem a revisão de literatura como metodologia, além da consulta de algum material produzido por *media*. Em especial, importa destacar o contributo de Connolly (2016, 2020), Desai (1990, 2006), Ellman (1990, 2007), Hanson (2003, 2016), Lane (1992, 1999) e Moser (2018).

A investigação tem como ponto de partida a leitura do livro “*The Russian Economy: A very short Introduction*” de Richard Connolly (2020) e a identificação por Gilpin (2001, p.149) de três áreas na economia política que irão acompanhar este estudo: (1) os principais propósitos da atividade económica, (2) o papel do Estado na economia e (3) a dimensão e estrutura do setor privado. A relação entre estes pilares é determinada conforme os objetivos a atingir que, por norma, varia entre o bem-estar dos consumidores e o interesse nacional. Estados que privilegiem o bem-estar do consumidor tendem a intervir menos na economia enquanto os que são orientados para o interesse nacional tendem a ser caracterizados por uma maior influência estatal. Este quadro teórico é explicado no capítulo 2, com a apresentação das principais linhas orientadoras e estratégias adotadas por estas diferentes visões do propósito económico.

Em virtude da delimitação temporal anunciada pelo título, o capítulo 3 tem como objetivo contextualizar a economia soviética entre 1928 e 1991, expondo o funcionamento da economia planificada e terminando com a desintegração da URSS; o capítulo 4 procura centrar-se na fase da liberalização e a transição para a economia de mercado dos anos 1990; e, por fim, no capítulo 5 são abordadas as políticas e o modo como Putin reformou a economia até ao final do seu segundo mandato como Presidente, em 2008. As conclusões são apresentadas no último capítulo, que identifica também possíveis trabalhos a desenvolver.

2. Os sistemas económicos

Os sistemas económicos baseiam-se, em parte, pela determinação do nível de intervenção do Estado. A natureza da sua ação define o posicionamento da economia, sabendo que quanto menor for a intervenção estatal mais próxima estará da economia de mercado e que quanto maior for a intervenção mais próxima estará da economia planificada. A economia de mercado está associada a uma ideologia liberal, capitalista, do *laissez-faire* e, por contraste, a economia planificada está associada a um sistema socialista, marxista, intervencionista, em prol dos bens públicos e em detrimento da propriedade privada. Os mecanismos, como o controlo de preços, a coleta de impostos, os subsídios, entre outros, funcionam de formas distintas em ambos os casos (Kornai, 1992; Rothbard, 2009). Entenda-se, portanto, que a referência a economia de transição é enquadrada pela passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado (Brabant, 1998).

2.1 Princípios gerais da economia planificada

Na economia planificada, a atividade económica é monopolizada pelo Estado. É controlada através da burocracia, da detenção da esfera produtiva e pela execução de Planos (Kornai, 1992). Estes podem assumir diferentes graus de aprofundamento – Plano Diretivo, Plano Indicativo e Plano Setorial, do mais profundo até ao menos, respetivamente – e são sempre elaborados pelo aparelho estatal. Adicionalmente, os Planos poderão ter vários horizontes temporais e diversos objetivos a cumprir, apesar de existir margem para revisão dos mesmos conforme as necessidades/desempenho das empresas (Nove, 1990).

O objetivo principal é assegurar as necessidades da sociedade e garantir que o interesse nacional é preservado (Nove, 1990). Uma das características mais evidente é a determinação da produção empresarial e a alocação de recursos. Há uma definição central dos preços a praticar, dos salários a pagar, das contribuições para o orçamento público e, geralmente, estas medidas conduzem a uma situação de pleno emprego. “*A administração central decide qual a proporção do retorno bruto que deve ser entregue por cada empresa estatal sob o título de receita líquida pública*” (Kornai, 1992, p. 73). A informação não ocorre num sentido horizontal, entre empresa e consumidor, mas sim vertical, entre as empresas e os órgãos soberanos. A iniciativa privada é extremamente

restrita e a carga ideológica associada (socialista) é materializada na definição dos objetivos de cariz social (Brabant, 1998; Kornai, 1992). A economia de mercado que garante, por exemplo, a eficiência na produção em pequenas fábricas, falha ao assegurar que existe emprego e que são eliminadas iniquidades. Considera-se, portanto, que esta gestão é feita de modo mais competente se o Estado estiver encarregue, em prol do bem coletivo em vez do bem individual (Ellman, 1990). A lógica subjacente é a de que o planeamento da atividade económica elimina as imperfeições e a incerteza criadas pela ausência de planeamento, *ipsis verbis*, o planeamento da economia previne conflitos no controlo do mercado (Nove, 1990).

De acordo com Grossman (1990), a planificação da economia pode servir diversos propósitos como a) a necessidade de mobilização massiva de recursos para um objetivo – rápida industrialização ou a guerra; b) a transformação radical do sistema socioeconómico; c) para responder à desorganização do mercado.

2.2 Princípios gerais da economia de mercado

A economia de mercado está relacionada com o modo de funcionamento das sociedades capitalistas (Kornai, 1992). O capitalismo caracteriza-se pela “*propriedade privada dos meios de produção e distribuição, a criação de produtos ou serviços com fins lucrativos num mercado livre, onde o próprio mercado estabelece preços e os salários*” (Reis, 2014, p. 67). Neste sentido, os principais objetivos estão relacionados com o interesse de cada indivíduo, sob a narrativa de que se todos satisfizerem as suas necessidades, não existem conflitos. Por isso, a propriedade privada é a pedra basilar e há tendência para as instituições protegerem estes direitos, por exemplo, através de uma coleta de impostos reduzida (Reis, 2014). A economia de mercado está bastante associada ao processo de globalização e à interdependência decorrente do comércio indiscriminado entre atores (Tsakalotos, 2004).

O liberalismo clássico está intimamente ligado à prática do “Estado mínimo” e à ideia de que o melhor modo de funcionamento da economia passa pelo mecanismo do mercado livre, sem imposições e restrições. Além disso, a responsabilidade do Estado é reduzida à correção das possíveis falhas de mercado (Gilpin, 2001; Roland, 2000).

Há liberalização dos preços, estabelecidos pela oferta e pela procura, e a informação decorre horizontalmente entre vendedor e consumidor. Os recursos são

móveis, tanto o trabalho como o capital, o que confere dinamismo à economia. Portanto, existe competição e, por isso, há tendência para a inovação e desenvolvimento tecnológico (Roland, 2000). A crença de que o aumento da eficiência, fruto da ambição pelo lucro do capital investido, irá providenciar satisfação aos consumidores e, conseqüentemente, o seu bem-estar dada a possibilidade de escolha mediante a preferência, o que potencia o repúdio pela intervenção do Estado (Reis, 2014).

3. O Período Soviético

A ascensão das forças bolcheviques depois da revolução russa, trouxe ao poder o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), liderado por Vladimir Lenine. Em 1921 foi estabelecida a Comissão Geral do Planeamento do Estado, popularmente conhecida como *Gosplan*, que serviria para criar e implementar o plano económico no território soviético (Ellman, 2007). A vontade de Lenine concretizou-se no *New Economic Policy* (NEP), um plano que, depois do *comunismo de guerra*, iria reerguer a economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pela coexistência entre o mercado livre e a presença do Estado nos setores estratégicos (Connolly, 2020).¹

O líder não viveu o suficiente para testemunhar os resultados do seu projeto e o seu cargo foi ocupado por Estaline poucos anos mais tarde. Este representava a ala conservadora do Partido, mais próxima do *comunismo de guerra*. A economia da época era essencialmente agrícola, mas Estaline ambicionava desenvolver o poderio militar soviético. Por este motivo, advogava com máxima urgência a necessidade de industrialização da economia que só poderia ser concretizada sob as diretrizes do Estado (Connolly, 2020).

3.1. A economia soviética desde 1928 a 1970

A partir de 1928, a União Soviética tomou a economia planificada como a melhor forma de organização para a sua estrutura económica, o que permitia assegurar que os objetivos da industrialização eram cumpridos, através de Planos Anuais (juridicamente vinculativos), de Planos Quinquenais e de Planos de Perspetiva de Longo Prazo (Moser, 2018; Hanson, 2003). Este sistema determinava a produção (ao alocar recursos às

¹ Durante a guerra civil do país entre 1918 e 1921, as forças bolcheviques exerceram um controlo apertado sobre a economia através do comunismo de guerra, negligenciando as condições de vida da população. Assim que a guerra terminou, Lenine considerou oportuno o fim deste sistema (Connolly, 2020).

indústrias e, conseqüentemente, às empresas), os preços e definia os salários dos trabalhadores. O cunho “socialista” atribuído à economia planificada resultava também do facto de a iniciativa privada ser residual e, por isso, todas as atividades eram controladas por autoridades estatais. A quase totalidade da população ativa estava empregue no setor público e todos os recursos (naturais) pertenciam ao Estado (Moser, 2018).

3.1.1. Organização administrativa

Em relação à hierarquia administrativa soviética, era o Politburo, a cúpula do poder político, que desenhava o cenário do desenvolvimento económico numa perspetiva macro.² A partir de um documento que espelhava as principais preocupações do PCUS, o *Gosplan* escolhia entre 400 e 500 variáveis económicas com o propósito de fazer cumprir os objetivos previamente estabelecidos. A partir dessas variáveis eram atribuídas tarefas aos ministros responsáveis pelo desenvolvimento das respetivas indústrias, os quais, por sua vez, definiam a estratégia para as empresas. Em conjunto com os gestores, era criado um plano de ação em que eram indicados os recursos e investimentos necessários para o cumprir. No fim, esse plano percorria o percurso inverso na hierarquia até ao *Gosplan* para ser aprovado (Dzarasov, 2014).

O *Gosplan*, encarregue de assegurar a execução do planeamento, tinha numa primeira fase como prioridade fazer aumentar a produção da indústria pesada – carvão, aço, eletricidade –, ao invés de assegurar que as empresas seriam lucrativas (Connolly, 2020). Assim, a distribuição de recursos não era equitativa nem eficiente, sendo a produção dos bens de consumo, como a comida, a mais prejudicada.³ O investimento público, os subsídios e o facto de não estarem sujeitas a concorrência externa, fazia com que muitas empresas se mantivessem no mercado de forma artificial, apesar de

² Segundo a definição histórica “Escritório político do Comité Central do Partido Comunista da Rússia (criado em 1917), depois da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)”, <https://dicionario.priberam.org/politburo>

³ A alocação às fábricas da maioria da mão-de-obra disponível, com o intuito de aumentar a industrialização, fez com que existissem um número reduzido de trabalhadores disponíveis para outros setores. Para colmatar este problema, a estratégia de fixação dos preços dos bens de consumo a um nível baixo servia para os consumidores terem dinheiro para os comprar. Todavia, a combinação de baixos preços com pouca produção resultava em escassez. Os soviéticos tinham poder de compra, mas não existiam bens em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades. Esta característica foi constante na economia soviética até 1991 (Connolly, 2020).

contribuírem para o crescimento económico.⁴ Isto acontecia porque os gestores eram incentivados por bónus a aumentarem o *output* e, por inerência, a cumprirem com o plano estipulado (Moser, 2018). As informações disponíveis indicam um crescimento da indústria pesada entre 1928 e 1938 de cerca de 350% a 600% (Connolly, 2020).

Complementarmente, foi promovida a coletivização da agricultura. Os camponeses e agricultores passaram a trabalhar em terrenos maiores e controlados pelo Estado e a maior parte dos produtos, especialmente os cereais, serviam para exportar e financiar a importação de maquinaria necessária à industrialização. Entenda-se que este processo não se desenvolveu nas melhores condições. Existiu muita resistência por parte da população, em resultado da miséria e pobreza. Algumas estimativas indicam que aproximadamente 6 a 8 milhões de pessoas morreram como resultado direto da coletivização (Connolly, 2020).

Não obstante, durante este período, a estabilidade macroeconómica, o pleno emprego, o crescimento económico e a urbanização caracterizavam a União Soviética, enquanto o Ocidente estava mergulhado na Grande Depressão (Hanson, 2003). Assim sendo, era disseminada a ideia de que a organização da URSS dava mais frutos do que qualquer outra forma de produção. Como elucida Ellman (2007, p.20) *“Esta ideia foi baseada na comparação entre o crescimento económico da URSS (indicadores exagerados que foram publicados na URSS e amplamente disseminado pelo mundo) e a Grande Depressão no mundo capitalista com a produção em queda, desemprego, falências de bancos e os preços das commodities em declínio”*.

3.1.2. Período subsequente à Segunda Guerra Mundial

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, existiu uma aposta desmesurada na reconstrução e construção de novas infraestruturas de suporte à produção de material militar e, mesmo depois do conflito, este quadro de tensões securitárias entre União Soviética e os Estados Unidos (juntamente com os aliados) tornou inevitável o conflito ideológico. Verificou-se não só o aumento da alocação de recursos para a indústria armamentista e para o desenvolvimento de armas nucleares e plataformas de lançamento de mísseis como também a concentração dos recursos com mais qualidade no complexo

⁴ Por não existir correspondência entre os preços internacionais e os preços internos, o comércio internacional não promovia nem a eficiência económica nem a inovação (e consequente redução de custos) (Connolly, 2020).

militar-industrial. Estavam lançadas as bases da Guerra Fria. (Connolly, 2020; Dzarasov, 2014).

Concomitantemente, a população soviética vivia em condições precárias e, por isso, existia a expectativa de que as prioridades políticas se alterassem (Hanson, 2003).⁵ No entanto, não foi isso que se confirmou. “*O regime estalinista não vacilou. As prioridades da década de 1930 não foram consideravelmente alteradas. O regime político coercivo permaneceu em vigor. A melhoria ao nível do bem-estar material demorou a chegar*” (Hanson, 2003, p. 34).

Além disso, começaram a despontar uma panóplia de fraquezas no regime como desfecho da saturação do poder. Moser (2003) aponta algumas das principais imperfeições: a informação deficiente⁶; a fraca monitorização do comportamento dos agentes por parte das entidades competentes; e a ausência de inovação e difusão de novas tecnologias.⁷ Estes problemas sistémicos deram aso a que a economia soviética, embora capaz de gerar crescimento económico até 1960, resistisse ao crescimento intensivo e abrandasse a partir dessa década (Popov, 2007). Sobre o planeamento socialista, Ellman (2007) refere que “*Em particular, o declínio da taxa de crescimento económico na URSS (...) a partir de 1958, sugere que o modelo não era provavelmente viável no longo prazo num ambiente capitalista internacional*” (Ellman, 2007, p. 30).

Em 1964, Khrushchev, que apoiava a planificação ao nível regional (que apesar de não o ser, era interpretada como uma medida de descentralização), deu o lugar a Brezhnev (Moser, 2018). Várias reformas foram desenvolvidas – conhecidas como as “Reformas de Kosygin” – de modo a aumentar a eficiência sem alterar o sistema

⁵ Depois da morte de Estaline e com a ascensão de Krushchev (1957-1964), emergiu a preocupação com o bem-estar da população e fez elevar a necessidade de reformas. No entanto, as tentativas de Krushchev em construir um modelo socialista mais “humano” fizeram crescer uma oposição interna no PCUS (Connolly, 2020).

⁶ Kornai (1992) explica sucintamente este problema: “*Em condições ideais, as empresas passam informações precisas aos seus superiores, que objetivamente distribuem as tarefas (...) mas (...) o gestor da empresa tem interesse em receber um plano de produção o mais fácil possível e um suprimento abundante de materiais e mão-de-obra. (...) Este conflito de interesses encoraja a distorção da informação*” (Kornai, 1992, p. 122)

⁷ Existia um enorme problema de inovação tecnológica. Com a instabilidade criada pela Guerra Fria e pelas tensões constantes, vários estudos foram feitos pelo Ocidente sobre a capacidade tecnológica da URSS. Moser (2018) resume as principais conclusões: a maioria das indústrias tinha uma discrepância significativa em relação ao Ocidente; os níveis de tecnologia não eram idênticos, não só entre setores, como dentro dos mesmos; muita da tecnologia era importada do Ocidente e extraída por via da cópia (“*reverse-engineering*”); a economia soviética era inferior na sua capacidade não só para desenvolver (I&D) como para difundir as novas tecnologias.

concebido por Estaline. Apesar dos esforços, o declínio da produtividade, que se tinha iniciado no governo anterior, continuou e as reformas foram abandonadas no início da década de 1970, por não terem surtido efeito (Connolly, 2020).

De facto, a propaganda fez acreditar que o modelo socialista funcionaria. Porém, este período subsequente à Segunda Guerra foi marcado por um arrefecimento da ideologia comunista e por uma perda de influência da União Soviética no mundo (Lane, 1992). Por este motivo, a estratégia alterou-se. Ao invés de reformar o sistema, era preciso fazê-lo funcionar melhor dentro do mesmo meio de atuação. Em concreto, os administradores apostaram na perigosa “missão” de aprofundar o setor dos recursos naturais (Connolly, 2020).

3.2. A economia soviética desde os anos 1970: a dependência face ao Ocidente

A exploração dos recursos naturais na União Soviética, especialmente do petróleo e do gás natural, não se iniciou com a crise do planeamento. No entanto, foi a descoberta das reservas de petróleo na Sibéria durante a década de 1960 que impulsionou o investimento na indústria e intensificou a produção por alavancar e melhorar os indicadores económicos (Goldsworthy & Zakharova, 2010)⁸. A indústria petrolífera soviética cresceu exponencialmente, atingindo a produção de mais de 600 milhões de toneladas em meados de 1980, enquanto em 1917 se situava um pouco abaixo dos 10 milhões.⁹ O avanço tecnológico, nomeadamente ao nível da extração e armazenamento do petróleo, contribuiu em larga escala para estes resultados (Moser, 2018).

A nível geográfico, originou um êxodo para zonas remotas e hostis – Ártico e Sibéria – com o propósito de expandir a exploração e a extração de outros recursos naturais, como o ouro, diamantes e gás natural. A estratégia assentava na especialização e cria-se que iria salvar a economia soviética e resolver a instabilidade (Connolly, 2020).

Na década seguinte, não só a produção de petróleo soviético aumentou como também era vendida maior quantidade aos países capitalistas, rivais diretos da URSS. Por exemplo, a exportação de petróleo para países da Organização para a Cooperação e

⁸ “O setor do petróleo e gás natural, em parte porque gerou aproximadamente metade dos ganhos em moeda estrangeira, tornou-se uma prioridade no investimento, diminuindo a quota-parte dos outros setores” (Hanson, 2003, p. 163) Esta afirmação explicita que os planos económicos beneficiariam, em diante, muito mais o setor energético por ser um gerador de receita, em comparação com os outros setores.

⁹ Em 1980, a União Soviética era o maior produtor mundial de petróleo (Ermolaev, 2017).

Desenvolvimento Económico (OCDE) cresceu de 2 mil milhões de dólares em 1972 para 25 mil milhões de dólares em 1980 (Connolly, 2020).

As receitas dos hidrocarbonetos serviam então dois propósitos. Por um lado, para importar (em vez de produzir) alimentos e máquinas e, por outro lado, para suportar os custos militares (Connolly, 2020).¹⁰ Por outras palavras, a forma de fazer frente ao Ocidente estava dependente das exportações de petróleo e gás para o mesmo, mantendo-se esta relação por muito tempo.

Recapitulando: a posição de superpotência da União Soviética apoiava-se, paradoxalmente, nas receitas geradas pela exportação de recursos naturais para os países ideologicamente antagónicos. “*O setor energético desenvolveu-se, em primeiro lugar, de modo a providenciar ao complexo militar-industrial e à indústria pesada os recursos e adquirir moeda estrangeira forte para financiar as principais necessidades de importação*” (Ermolaev, 2017, p. 12). Logo, o destino da revolução socialista estava agora dependente das vicissitudes da economia capitalista. E havia consciência disso. O *Gosplan* inclusive adotou uma estratégia de marketing, ainda que temporária, ao baixar o preço para os consumidores ocidentais, de modo a garantir uma quota parte do mercado que era ocupado por outras empresas multinacionais (Considine & Kerr, 2002).

A posição de exportador líquido concedeu à URSS uma vantagem estratégica quando o preço do barril de petróleo disparou na década de 1970. Porém, o aumento da receita pública, que permitiu a Moscovo importar mais bens do Ocidente, não provocou o efeito pretendido. Ao se considerar o crescimento do PIB *per capita* (em Paridade de Poder de Compra, dólares em 1990) verifica-se que abrandou de 2,7% ao ano entre 1964-1973 para 1,5% ao ano entre 1973-1985 (Hanson, 2003). Neste contexto é levantada a hipótese da URSS sofrer da chamada *Dutch Disease*, principalmente porque no início da década de 1980, a produtividade e o crescimento económico continuavam a dar sinais de declínio. A resposta a se a União Soviética, agora Rússia, padece da *Dutch Disease* é controversa e não obtém consenso no panorama internacional.¹¹

¹⁰ Esta dependência era percebida como algo irónico e derrotista “*A percepção de que a URSS não era autossuficiente em alimentos ou incapaz de impulsionar o seu próprio progresso tecnológico provavelmente contribuiu para a sensação de falhanço na população.*” (Hanson, 2003, p. 130)

¹¹ Ver Oomes & Kalcheva (2007), Algieri (2011), Dobrynskaya & Turkisch (2009) que discutiram se a economia soviética/russa indiciava ter a *Dutch Disease*. A principal conclusão é a de que, efetivamente, existem sinais claros daquilo que é descrito por Corden & Neary (1982) como sendo os sintomas da *Dutch Disease*, mas não é possível determinar uma relação de causa-efeito.

Em 1982 Brezhnev morre e a União Soviética consolida o período de estagnação, com uma clara exposição e vulnerabilidade ao mercado internacional. Não existia exportação de bens de valor acrescentado e o alcance de uma economia autossuficiente estava cada vez mais longe. Era necessária uma reforma do sistema. Depois de Andropov e Chernenko (1982-1985) é Mikhail Gorbachev o Secretário-Geral do Partido Comunista. Perante uma estrutura que se assemelhava à dos países em desenvolvimento, reconheceu imediatamente que o país devia apostar na exportação de bens manufaturados em detrimento dos “*raw materials*” de modo a reverter a posição de dependência inadmissível face ao exterior (Connolly, 2020).

3.3. O falhanço das políticas da *Perestroika*

Os antecessores de Gorbachev identificaram os problemas do sistema, mas não conseguiram encontrar soluções viáveis para os resolver. A estrutura e o modo de funcionamento estavam esgotados e obsoletos em relação ao resto do mundo. A vontade dos líderes era confrontada, por um lado, com o fundamento ideológico por parte do Partido e, por outro lado, com a pressão social imposta pelas frágeis condições de vida. Estas dinâmicas culminavam numa inércia em relação à adoção de políticas estruturais. Era necessária a *perestroika* (reestruturação) (Lopes, 2014).

Pelas mãos de Gorbachev, a reforma centrou-se nos indivíduos, como trabalhadores e forças-motrizas da economia, na esperança de a produtividade aumentar. “*A sua conceção e plano de ação foram além de uma mera reestruturação económica. Tem de existir uma participação massiva da população ativa na tomada de decisões económicas nos seus locais de trabalho*” (Desai, 1990, p. 30). Além disso, pretendia enfraquecer o papel dos ministérios, principais cétricos e opositores das reformas, à medida que as responsabilidades eram delegadas para as empresas e com isto “*introduzir elementos do mercado capitalista, sem descurar no controlo vigilante do Estado socialista*” (Lopes, 2014, p. 388; Connolly, 2020).

2.3.1. A Lei da Empresa Estatal e a Lei das Cooperativas

Em matéria legislativa, a aprovação da Lei da Empresa Estatal (LEE), em 1987, e a Lei das Cooperativas, em 1988, foram as que tiveram mais impacto na reestruturação económica (Connolly, 2020; Lopes, 2014). A LEE tinha como principal objetivo transferir o controlo das empresas exercido pelos ministérios para pequenos “comités-

satélite” do Partido. Uma descentralização que previa manter o controlo ideológico no tecido empresarial, mas acabou por eliminar muitos dos direitos dos ministérios, tais como nomear os gestores e definir os planos de investimento e os preços dos bens (Connolly, 2020).¹² A premissa era que “*a empresa teria maior controlo sobre as suas finanças. Essa era a disposição principal da nova lei.*” (Hanson, 2003, p. 196). Apesar disso, existiam ainda algumas regras a serem cumpridas, nomeadamente ao nível da definição das quantidades produzidas nos setores prioritários (Hanson, 2003).

Em termos gerais, as empresas tinham agora mais autonomia e margem de negociação no mercado, quer por poderem escolher os seus clientes ou simplesmente por definirem que margem de lucro iria ser retida (Connolly, 2020). A LEE também permitiu às empresas intercederem contra os ministérios nas instâncias judiciais, caso estes atuassem de forma prejudicial à empresa, num claro desafio à autoridade instalada (Hanson, 2003). “*Resumidamente: a Lei da Empresa Estatal efetivamente garantiu aos gestores um maior número de liberdades às quais não existiam obrigações correspondentes*” (Considine & Kerr, 2002, p. 214). Ao analisar esta lei, estes autores concluem que o aumento da procura por trabalhadores fez aumentar os salários de modo a atrair os mais qualificados, sem necessariamente corresponder uma maior produtividade. A liquidez passou a estar do lado dos consumidores – por via do aumento dos salários - em vez de estar do lado das empresas, acabando por gerar pressões inflacionistas.

A Lei das Cooperativas veio legalizar a criação de empresas privadas que podiam atuar fora do controlo estatal (Connolly, 2020). Não existia limitação ao setor, à dimensão, à indústria ou ao serviço, ao nível da quantidade de empregados nem do estabelecimento de preços (Desai, 1990). A intenção seria impulsionar o empreendedorismo e “aquecer a economia”, colmatando a falta de oferta de bens e serviços públicos. Pretendia-se que a competição entre estas cooperativas e empresas estatais fomentasse o aumento da produtividade e da inovação (Connolly, 2020).

Desai (1990) considera ainda relevante o Decreto da Gestão Agrícola, que autorizou a venda de pequenas quotas dos excedentes agrícolas; e o Decreto do Comércio

¹² Ainda assim, os preços dos bens não passaram a flutuar livremente como numa economia de mercado, “*mas existia um apelo a uma melhor administração de preços*” (Boettke, 1993, p. 40).

Externo e a Lei das *Joint Ventures* que potenciou o crescimento das exportações e do investimento.

A formulação destas leis foi acompanhada por outras decisões de carácter macroeconómico como, por exemplo, a diminuição do investimento público nas indústrias civis (não-militares) com vista à diminuição do défice orçamental. Porventura, este desinvestimento teve consequências transversais a toda a economia, nomeadamente no setor dos recursos naturais por serem *inputs* essenciais a outras indústrias. Como os produtos petrolíferos eram considerados bens críticos, toda a indústria manteve-se centralizada, mas a queda da procura, derivada do desinvestimento, acabou por também diminuir o fluxo dos bens petrolíferos e pelo efeito espiral, também o desinvestimento se verificou neste setor (Considine & Kerr, 2002). “A taxa de crescimento anual do investimento fixo na indústria do petróleo foi reduzida de 14,4% em 1987, para 3,5% em 1988 e 4,5% em 1989.” (Considine & Kerr, 2002, p. 219).

3.3.2 O declínio do poder e a perda de influência do Partido Comunista

A componente política da *Perestroika* pretendia tornar o PCUS mais reativo às necessidades da população. Contudo, acabou por erodir o papel do Estado por tornar o sistema flexível à existência da iniciativa privada. A diminuição da influência do Partido e da centralização das decisões foi uma constante ao longo da liderança de Gorbachev (McCauley, 1990). A perceção de quem controlava o quê não era clara e os diretores e gestores das empresas aproveitaram esse vazio de poder para colocarem em causa o planeamento central da economia (Connolly, 2020). Este não era, evidentemente, o intuito inicial. As mudanças na organização pretendiam tornar a economia mais eficiente, mas nunca deixar de ser planeada (Hanson, 2003).

Em 1990, as políticas falhadas da *Perestroika*, que inesperadamente levaram à formação de um bloco pró-capitalista, deram a vitória ao movimento independente russo liderado por Boris Yeltsin, que culminou na desintegração da URSS em 1991 (Dzarusov, 2014). Aquando deste momento, a população acreditava que a transição para a economia de mercado lhes iria trazer um futuro próspero que não haviam ainda experienciado. Com o fim do sistema socialista, terminara também o período da Guerra Fria e, assim, iniciou-se a Nova Ordem Internacional (Connolly, 2020; Boettke, 1993).

4. Período Pós-Soviético: anos 1990

Até ao final da década de 1980, as sociedades socialistas eram percebidas no contexto internacional como estruturas estáveis e imutáveis (Lane & Ross, 1999). *“Ideologicamente, aspiravam ao comunismo; economicamente, eram planeadas; politicamente, tinham um Partido único que era hegemónico”* (Lane & Ross, 1999, p. 3). Contudo, foi exatamente neste período que surgiram os primeiros indícios de mudança no *status quo*.

A desintegração da União Soviética em dezembro de 1991 fez Boris Yeltsin assumir o cargo de presidente no início de 1992. Encarregue da nova Federação Russa, a entrada no novo sistema internacional, com os Estados Unidos da América como pináculo do mundo livre, pressupunha uma mudança assente em três eixos: a criação de uma nova identidade nacional; a emergência de um sistema político democrático em substituição do modelo de partido único; e, por fim, a adoção de uma economia de mercado (Connolly, 2020). O presente capítulo debruça-se sobre este último.

A herança soviética ditou em grande parte a sua urgência. A economia estava em crise, com uma inflação descontrolada, obrigações de dívida onerosas, desinvestimento e diminuição de receita pública (Connolly, 2020, p. 37). O complexo empresarial, outrora público, enfrentava agora a competitividade do mercado internacional, acabando por se desmoronar. Por um lado, porque não existia um plano de gestão e a alocação de recursos, matérias-primas, maquinaria, mão-de-obra, que passou a ser responsabilidade da própria empresa e, por outro lado, porque deixaram de existir instituições e mecanismos de controlo e monitorização da produção (Connolly, 2020). Isto fez com que os gestores começassem a agir em benefício próprio de forma mais perseverante (Godoy & Stiglitz, 2007).

Perante esta conjuntura, segundo Godoy e Stiglitz (2007) e Brabant (1998), existiam duas correntes metodológicas passíveis de serem aplicadas a esta fase da “economia de transição”: a terapia de choque ou a transição gradual. A primeira advogava que quanto mais rápido se alcançasse uma estrutura económica similar à de mercado melhor seria e, por isso, dever-se-ia liberalizar e privatizar o quanto antes. Esta corrente tendia a negligenciar o papel das instituições, tanto a nível financeiro como a nível jurídico, sob o argumento de que a procura dos atores na economia faria emergir a necessidade de criação destas instituições. Em termos estratégicos, este método iria

enfraquecer o viés comunista que ainda se encontrava latente no poder (Connolly, 2020). Por contraste, os defensores da transição gradual consideravam que, não existindo uma base institucional sólida, a privatização poderia levar a uma apropriação desmedida em vez de criar riqueza.¹³ Defendiam uma remoção controlada dos subsídios e uma diminuição do Estado Social, o que tornaria a transição mais prolongada, mas menos impactante na vida da população (Connolly, 2020). Ademais, “*a privatização rápida pode levar a grandes concentrações de riqueza (...) que promovem instituições políticas e políticas que manteriam a sua riqueza*” (Godoy & Stiglitz, 2007, p. 89).

Para Dzarasov (2014), a influência Ocidental determinou a opção pela terapia de choque que se veio a consolidar, com reformas económicas baseadas nos princípios do Consenso de Washington.¹⁴ No entanto, a justificação era a de que a transição gradual não era viável pela necessidade de imposição de restrições orçamentais (Connolly, 2020). Independentemente da justificação, o plano não foi adaptado às especificidades da economia russa e tampouco serviu o propósito de melhorar a vida civil.

4.1. As reformas de Yeltsin

Yedor Gaidar figura como líder das reformas económicas liberais de Yeltsin que “*ficou conhecido como o autor da abordagem “terapia de choque” às reformas económicas na Rússia*” (Desai, 2006, p. 4). Para fazer cumprir a agenda, existiam três elementos essenciais: a estabilidade económica, a liberalização e a privatização (Connolly, 2020; Tikhomirov, 2000).¹⁵

¹³ Como existiam laços fortes entre as empresas e o Estado durante o período soviético, Connolly (2020) refere que o acesso ao controlo dessas empresas dependia dessas relações pré-existentes. Na verdade, muitas empresas foram apropriadas de forma ilegal pelos “insiders” da era soviética (Connolly, 2020). A elite soviética era a classe mais bem colocada para beneficiar das reformas, caso se optasse pela terapia de choque, por estar numa posição privilegiada face a outros grupos sociais mais distantes do aparelho do Estado (Lane & Ross, 1999).

¹⁴ O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de ideias de natureza liberal, necessárias para implementar uma economia de mercado. Os princípios foram identificados pelo economista John Williamson em finais dos anos 80 e suportados por instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Dzarasov, 2014).

¹⁵ O reconhecimento desta fase como reformista não é consensual. Há autores, como Kagarlitsky (2002) que entendem este período como uma “restauração”. No seu entender “*Aquilo que aconteceu na Rússia entre 1990 e 1999 não foi uma reforma, e muito menos uma revolução. Foi uma Restauração. (...) A Rússia de Yeltsin ao autoproclamar-se sucessora da Rússia czarista, reproduziu muitas das características do atraso da velha sociedade*” (Kagarlitsky, 2002, p. 3).

4.1.1. Política Monetária e Orçamental

Através da Política Monetária e da Política Orçamental pretendia-se controlar a inflação provocada pela revogação do controlo de preços (Tikhomirov, 2000). A Política Monetária foi caracterizada por um aumento das taxas de juro e a implementação de limites na concessão de créditos, nomeadamente às empresas industriais. Ao nível da Política Orçamental, houve uma redução da despesa com a Defesa – incluindo cortes nos salários e privilégios dos militares -, com a subsidiação de empresas e com prestações sociais pagas às famílias e um aumento da receita gerada pela subida de impostos (Connolly, 2020). Posteriormente, para financiar o défice orçamental, o governo russo emitiu títulos de dívida a curto prazo com taxas de juro atrativas (Dzarasov, 2014).

Estas medidas reduziram o défice orçamental e a inflação, mas enfraqueceram o complexo militar-industrial russo, que durante o período soviético beneficiava de um especial destaque na economia (Cooper, 2012). Além disso, as empresas, limitadas no acesso ao créditos e sem subsídios, deixaram de conseguir pagar salários aos trabalhadores e aos fornecedores, o que deu origem a cortes no funcionamento e na produção (Connolly, 2020).¹⁶ Por isso, a economia entrou num período de recessão (Tikhomirov, 2000).

4.1.2. A liberalização do mercado

A figura mais impactante neste campo foi Boris Nemtsov, que apontou a liberalização dos preços, a eliminação das barreiras às importações e a entrada nos mercados internacionais como principais estratégias a implementar (Connolly, 2020; Desai, 2006). No entanto, algumas destas políticas foram subvertidas. Por exemplo, a ausência de controlo de preços, que pressupunha a criação de uma dinâmica de competição no mercado e consequente eficiência económica, foi interpretada pelos gestores como um meio para maximizar os lucros, porque podiam simplesmente aumentar os preços, sem a isso corresponderem reformas e reestruturações que justificassem o aumento (Dzarasov, 2014; Tikhomirov, 2000).

Contudo, devido ao aumento dos preços e à facilidade em importar, o fenómeno que se observava era paradoxal. Se durante a União Soviética existia uma racionalização

¹⁶ Entre 1990 e 1992, a produção industrial russa diminuiu 25%, registando-se uma queda de 30% nos 4 anos seguintes (Tikhomirov, 2000).

dos bens, em quantidades muitas vezes insuficientes para satisfazer as necessidades, no período pós-soviético havia disponibilidade, mas não o poder para os adquirir (Connolly, 2020). Em ambos os cenários, as pessoas estavam limitadas na sua escolha em relação à compra de bens.

4.1.3. A “*voucherização*” como meio de privatização

Anatoly Chubais foi o arquiteto do processo de privatização, que urgia por duas razões: a primeira, porque em termos económicos, havia o receio de que se os burocratas e administradores soviéticos mantivessem o controlo das empresas, não iriam haver incentivos a aumentar a eficiência uma vez que os bónus deixaram de existir; a segunda, porque em termos políticos, a privatização das empresas rompia com a ideologia socialista vigente na sua administração (Connolly, 2020).

A tarefa adivinhava-se complexa uma vez que todas as empresas eram detidas pelo Estado (Desai, 2006). Ainda assim, Chubais decidiu dar a oportunidade aos gestores das empresas públicas de comprarem uma parte das ações dessas empresas e destinar a outra parte à população russa. O plano consistia então em entregar *vouchers* a quase 150 milhões de cidadãos russos – homens, mulheres e até crianças – para assim se tornarem detentores das ações dessas empresas.¹⁷ Para conseguirem comprar as ações das empresas, os gestores criaram fundos de investimento que posteriormente receberam os *vouchers*. O resultado? Entre 1992 e 1995, ¾ das empresas públicas industriais já haviam sido privatizadas (Connolly, 2020).

No entanto, de acordo com Dzarasov (2014) houve uma gestão danosa do processo de privatização na Rússia. Foram criadas condições jurídicas para abusos legais por parte dos burocratas/administradores públicos e antigos gestores, o que lhes permitiu ganhar poder sobre as empresas mais lucrativas. Por consequência, o receio de perder o controlo das empresas orientou a sua gestão para o curto prazo e a incerteza e a instabilidade inerentes acabaram por reduzir as expectativas de crescimento no longo prazo.

¹⁷ Cada cidadão russo recebia um voucher no valor de 10.000 rublos (Moser, 2018).

4.2 Recessão Macroeconómica

A década de 1990 foi marcada pelo decréscimo acentuado do PIB russo, em parte provocado pela hiperinflação e pela descida do preço do petróleo. O *output* na indústria petrolífera diminuiu cerca de 44% entre 1991 e 1998, a produção agrícola e industrial caíram para metade e o atraso tecnológico intensificou-se.¹⁸ Este declínio generalizado dos indicadores refletiu-se na qualidade de vida das pessoas ao materializar-se, por exemplo, no aumento da taxa de mortalidade e na diminuição da taxa de natalidade (Kagarlitsky, 2002).

Não obstante, a Rússia manteve o seu estatuto de “*petrostate*”.¹⁹ Em 1997, 11 das 25 maiores empresas pertenciam aos setores do petróleo e do gás natural (Connolly, 2020, p. 50). Uma grande parte da receita do governo provinha destes setores e cujas exportações forneciam cerca de 40% da receita pública. O resto da economia permanecia, por conseguinte, dependente da redistribuição deste rendimento (Moser, 2018; Connolly, 2020).²⁰ Ao nível dos destinos, as exportações russas de petróleo foram-se desviando paulatinamente dos novos Estados independentes e dos Estados do centro e leste europeu para os mercados mais ocidentais, visto que os primeiros tinham dificuldade em pagar pelas suas importações energéticas e mercados como a França, Itália, Alemanha e Espanha, que ofereciam uma procura sólida, apresentavam-se como uma solução mais viável (Considine & Kerr, 2002). Houve assim uma aproximação e estreitamento de relações comerciais entre o Ocidente e Oriente, assente na interdependência económica.²¹

Numa perspetiva genérica, o colapso da procura, a ausência de direitos de propriedade bem estabelecidos e a falta de planeamento, levou as empresas a deixarem de investir em novas fábricas e equipamento. Não só não existia investimento interno, como também não existia Investimento Direto Estrangeiro, o que culminou na preservação de muita da estrutura produtiva antiga mesmo que obsoleta. Em suma, a

¹⁸ Tal como no período soviético e devido à fragilidade do setor industrial, a tecnologia continuava a não melhorar. Aliás, “(...) no decurso das reformas pós-soviéticas a indústria russa estava gradualmente a orientar-se para a produção de baixa tecnologia” (Tikhomirov, 2000, p. 17).

¹⁹ Segundo a definição “(*depreciativa*) um pequeno país rico em petróleo em que as instituições são fracas e a riqueza e o poder estão concentrados em poucos indivíduos” disponível em <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/petrostate>

²⁰ Além disso, isto acontecia devido à “economia virtual” – termo utilizado por Connolly (2020) para definir um tipo de relações entre empresas russas. Como estavam limitadas no acesso ao crédito, faziam acordos entre si para trocarem diretamente bens e serviços e criarem dívidas entre empresas.

²¹ Existem diversas dissertações e investigações sobre esta temática. Destaca-se pela sua profundidade e eloquência a de Frazão (2011).

estrutura económica da Federação Russa no final dos anos de 1990 era semelhante à encontrada nos tempos da União Soviética, e apresentava um PIBp.c. 40% menor (Connolly, 2020).

4.3 O declínio e o início de uma Nova Era

Decorrida uma década após a queda da União Soviética, a sociedade russa encontrava-se naquilo que Shevtsova (1999) descreve como uma “estabilidade instável”. Em termos políticos, o Partido Comunista continuava a ser a maior força política na Rússia, de tal modo que em 1995 Yeltsin viu-se confrontado com a possibilidade de uma vitória iminente do candidato comunista nas eleições presidenciais de 1996 e, para o impedir, o governo financiou-se pelas mãos dos homens mais ricos da Rússia, através de empréstimos colateralizados por ações de grandes empresas do setor dos recursos naturais (Shevtsova, 1999).²² A verdade é que este grupo de empresários, na sua maioria, eram antigos membros da elite soviética (Connolly, 2020).²³

Em termos económicos, apesar de se terem desenvolvido novos atores no setor privado, como bancos, empresas de exportação e importação, etc., “*Em termos gerais a privatização da economia não teve efeito nas dinâmicas de produção nacional e em finais de 1990 o setor privado na Rússia era menos lucrativo do que o setor público*” (Tikhomirov, 2000, p. 2).

Em 1998 instala-se a crise financeira asiática, com ressonância na economia russa, nomeadamente pela retirada súbita dos investimentos em obrigações de curto prazo. A dívida aumentou e a dependência russa das receitas do petróleo perpetuou-se. A consequência direta foi a depreciação do rublo e aumento da inflação (Connolly, 2020). O ambiente em 1998 era então de desconfiança em relação à economia de mercado. As novas políticas reformistas não tinham produzido o sucesso ambicionado e o liberalismo estava desacreditado junto do eleitorado russo (Tikhomirov, 2000).

²² Como o governo não veio a ter capacidade para pagar os empréstimos, as ações – de empresas estatais – acabaram por ser entregues por preços irrisórios aos oligarcas. Uma parte substancial da indústria petrolífera – como a empresa Yukos, que tornou Khodorkovsky o homem mais rico da Rússia – e da indústria metalúrgica foi-lhes então entregue (Connolly, 2020). Este episódio ficou conhecido como “*empréstimos por ações*” (Guriev & Rachinsky, 2005).

²³ Com a exceção de Berezovsky e Gusinsky, todos os envolvidos neste episódio político provinham da elite soviética e conseguiram apropriar-se de importantes empresas do Estado russo (Connolly, 2020). Mesmo os mais novos, iniciaram a sua fortuna na década de 1980 quando Gorbachev deu margem para a arbitragem de preços. Em 1992, a maioria era dona de bancos, fundos de investimento, etc. Quando se deu esse episódio, tinham então o capital disponível para investir (Guriev & Rachinsky, 2005).

Para muitos cidadãos russos, a reforma e o fim da União Soviética estavam associados ao caos, desordem e a um declínio nas condições de vida (Connolly, 2020). Enquanto a Federação Russa era um Estado mais livre no sentido lato, o número efetivo de pessoas que podia desfrutar dessa nova liberdade era bastante baixo. Como defende Tikhomirov (2000), isso bloqueou o desenvolvimento de uma estrutura política democrática desencadeando o crescimento de tendências antidemocráticas e, no limite, autoritárias.

A população começou assim a exigir lei e ordem na sociedade. O compromisso de Yeltsin não havia sido atingido na sua plenitude e as eleições de 2000 faziam prever uma retoma do poder por parte do Partido Comunista. Mas, em vez disso, Vladimir Putin, antigo agente do KGB, nomeado Primeiro-Ministro em 1999, viria a ganhar as eleições presidenciais. Com a recuperação do preço do petróleo, o PIB expandiu 6,5% em 1999 e o desemprego começou a diminuir. A conjuntura favorável ajudou à legitimação de Putin no Kremlin, que se autointitulava de *liberal derzhavnik*.²⁴ No entanto, existia uma contradição: se o Estado se iria tornar mais forte e, portanto, mais intervencionista, o que aconteceriam às liberdades e às reformas que foram introduzidas desde Gorbachev? (Connolly, 2020).

5. Séc. XXI – O Modelo Putinista (2000-2008)

A carreira política de Vladimir Putin nas altas instâncias perdura até à atualidade. Por uma questão de limitação histórico-temporal, esta análise irá circunscrever-se até 2008, ao completar dois mandatos seguidos como Presidente.

Em finais da década de 1990, a economia russa encontrava-se em declínio como evidenciado no capítulo anterior. Aliás, do ponto de vista conservador de Ericson (2002), o primeiro ano do milénio ainda refletia aquilo que havia sido a época soviética, por razões como a alocação de recursos a atividades e estruturas ineficientes e à falta de visão sobre o que era necessário para modernizar e globalizar a economia russa. As instituições eram reféns do poder político e de ligações pessoais que não garantiam a sua independência (Ericson, 2002). “*A ausência do Estado de Direito (...) foi mais claramente visível na Rússia de Yeltsin*” (Ericson, 2002, p. 6).

²⁴ De acordo com Connolly (2020) esta expressão traduz-se num homem que acredita na Rússia “*como um Estado liberal, mas forte*”.

5.1. Evolução da economia

A ascensão do antigo agente do KGB a Presidente coincidiu com o início da retoma económica, depois da crise de 98.²⁵ “*Por causa do aumento do preço do petróleo, a recuperação da economia russa faria de quem ocupasse o cargo à época parecer um génio*” (Goldman, 2008, p. 96) O vento soprava a favor e Putin aproveitou o embalo. Contudo, as suas intenções não eram claras no que à economia diz respeito. Existia especulação sobre se iria continuar as reformas para a implementação de uma economia de mercado ou se iria optar por retomar a intervenção do Estado (Connolly, 2020). No fim dos mandatos, ficou claro que tinha por prioridade a segunda opção.²⁶

Começou por reorganizar a estrutura federal, ao substituir as 89 regiões, que se regulavam independentemente durante o tempo de Yeltsin, por sete “super-regiões”, administradas por pessoas de interesse junto do Kremlin. Em segundo lugar, liderou uma ofensiva contra a elite empresarial, os oligarcas. Em forma de ultimato, estes só eram livres de continuar a exercer os seus negócios caso se mantivessem fora da atividade política e pagassem os devidos impostos. Assim, era esperado que a ligação empresarial ao Estado fosse baseada na lealdade e compromisso (Connolly, 2020).²⁷

Em simultâneo, foram introduzidas algumas medidas de cariz liberal, como a *flat tax* a 13% que, em articulação com a subida do preço do petróleo, rapidamente aumentaram a receita fiscal. A inflação diminuiu de 85% em 1999 para 15% em 2002 e, em simultâneo, o PIB continuou a crescer (Connolly, 2020). Também a depreciação do rublo fez aumentar a procura externa e a procura interna, por tornar mais baratos os produtos russos tanto no mercado internacional como no mercado interno (Goldman, 2008). Alcançou-se, assim, a estabilidade macroeconómica, uma miragem durante o governo anterior, e que apresentou um excedente orçamental em 2001, utilizado para diminuir a dívida externa (Connolly, 2020).

²⁵ Logo em 2000, o preço do petróleo alcançou os 33\$ por barril, o dobro do verificado dois anos antes. Isto foi a causa essencial da retoma da economia russa (Goldman, 2008).

²⁶ A publicação do Millennium Manifesto (1999) de Putin dava claros indícios de que o forte carácter ideológico intervencionista seria dominante na governação que se iniciava, o que alguns classificaram como “neo-sovietismo” (Slade & Nesterov, 2006).

²⁷ Boris Berezovsky e Vladimir Gusinsky, dois dos oligarcas mais influentes, foram inclusivamente expropriados dos seus ativos. Os canais de televisão e as suas empresas foram confiscados pelo Estado e ambos abandonaram a Rússia (Connolly, 2020). A odisseia dos oligarcas na Rússia pode ser vista no documentário *The rise and fall of the russian oligarchs* (2006).

Na verdade, os excedentes orçamentais cresceram de tal modo que foi criado um Fundo de Estabilidade, em 2003 (Aleksashenko, 2010; Sabitova & Shavaleyeva, 2015). *“Países exportadores de petróleo, incluindo a Rússia, construíram fundos de reserva nos anos “fartos” para fornecer uma almofada de estabilidade aos gastos públicos e, indiretamente, para a economia como um todo nos anos “magros”* (Connolly & Hanson, 2016, p. 7).

Enquanto os preços globais do petróleo subiam e a indústria russa produzia mais, a importância das receitas advindas da exploração dos recursos naturais continuava a acentuar-se. Importa realçar que, por esse motivo, existia uma vulnerabilidade relativa àquilo que Connolly e Hanson (2016) identificam como “soberania económica”.²⁸ Ainda que a receita proveniente do setor não-energético tenha aumentado, eram o petróleo e o gás os mais lucrativos. Em 2005, as exportações atingiram o marco dos 243,6 mil milhões de dólares – aproximadamente 32% do PIB (*vide* Anexo II, tab.1) - dos quais 143,4 mil milhões (59% do total) provinham de petróleo e gás natural. Traduzido em receita pública, o setor representava 37% (Gustafson, 2012, p. 188). Por isso, considera-o Taylor (2018), a subida dos preços do petróleo e do gás foram o fator mais importante que conduziu ao crescimento económico da Federação Russa nos anos 2000.²⁹ Neste sentido, era imperativo para o Kremlin ter controlo sobre os ativos (Taylor, 2018).

Em 2005 foram criadas corporações estatais – grandes entidades industriais formadas por várias empresas de setores estratégicos e administradas por funcionários públicos. Este controlo da atividade refletia o modelo de gestão económica assente na atuação do Estado em detrimento do mercado livre (Connolly, 2020). Em particular, no campo do gás natural, Putin conseguiu mover a Gazprom, empresa produtora de gás natural, antigo Ministério do Gás na administração soviética, para a alçada estatal. Por contraste, o setor petrolífero estava, essencialmente, nas mãos de privados (Gustafson, 2012). Contudo, algumas das empresas petrolíferas mais importantes estavam

²⁸ O aumento da produção de petróleo, que igualmente contribuiu para esta dependência, derivou do aumento do investimento no setor, visto que agora este era mais lucrativo. Curiosamente, *“as empresas russas concentraram os seus esforços na Sibéria, a mesma região que impulsionou o crescimento da produção soviética de petróleo durante os anos de 1970 e 1980”* (Gustafson, 2012, p. 188).

²⁹ Porventura, há quem atribuía a recuperação de 1999-2004 ao fenómeno da transferência tecnológica, visto que existia um défice tecnológico e que a sua potencialização iria desenvolver a economia– *“A tecnologia ocidental penetrou a indústria petrolífera russa através de múltiplos canais – pelas companhias de serviços a fornecedores de equipamento, por consultores financeiros e de gestão, e pela própria exposição cada vez mais direta dos russos nas suas viagens ao exterior”* (Gustafson, 2012, p. 229).

paulatinamente a passar para domínio do Estado, tais como a Yukos e a Sibneft, esta última adquirida pela Gazprom (Connolly, 2020).³⁰ Em 2002, cerca de 20% da produção de petróleo era gerada por empresas públicas e, em 2008, esta percentagem era de 42% (Gustafson, 2012, p. 101).

5.2. Estrutura tripartida: Setores A, B e C

Durante os primeiros dois mandatos de Putin fundou-se um modelo económico *sui generis*, “*nem uma economia de mercado nem uma economia planificada*” (Connolly, 2020, p. 63). Este sistema híbrido conjugava as necessidades e interesses de diferentes segmentos da sociedade. A figura política do Presidente tornou-se o denominador comum entre a população e o poder político, que substituiu a elite e os oligarcas por pessoas da sua confiança e esfera de influência. A respeito destes últimos, “*Apesar de reconhecerem a superioridade do capitalismo e do mercado livre sobre a economia planificada central e comunista, o ponto de vista conservador da vida torna-os prudentes em relação às ideias liberais sobre a liberdade económica e política*” (Taylor, 2018, p. 106).

Há, portanto, uma coexistência entre dinâmicas de mercado e dinâmicas de controlo estatal que se materializam numa estrutura, segundo a abordagem de Connolly (2020, pp. 63-68), tripartida em setores: Setor A, Setor B e Setor C. O Setor A é composto por empresas das indústrias extrativas, como o petróleo, gás e carvão, por algumas corporações agrícolas e empresas envolvidas no armamento e maquinaria. Caracterizam-se por serem competitivas no mercado internacional e escoam os seus produtos tanto para o mercado externo como para o mercado interno. Não necessitam de subsídios estatais para sobreviverem e o Estado exerce controlo maioritário sobre as mesmas, tanto através da detenção direta das empresas, como através da influência junto das administrações.

O Setor B abrange empresas que não conseguem ser tão competitivas e que servem, por isso, o mercado interno. Recebem apoios públicos para subsistirem e têm dificuldade em gerar lucros. Engloba o setor das manufaturas consumidas no domínio doméstico e empresas da indústria automóvel, por exemplo (Connolly & Hanson, 2016). Tal como durante o período da economia planificada, por não enfrentarem concorrência,

³⁰ Em 2003, Mikhail Khodorkovsky era dono da empresa petrolífera Yukos e o homem mais rico da Rússia. Como não cumpriu o acordo de não envolvimento na política e tinha negociações para vender a Yukos (empresa petrolífera) à norte-americana ExxonMobil, sob a acusação por evasão fiscal, foi condenado a 10 anos de prisão. A Yukos foi assim adquirida pela empresa pública Rosneft (Connolly, 2020).

não existem incentivos nem à inovação nem ao crescimento da produtividade (Rosefielde, 2020). Ao nível individual, também se encontram neste setor os pensionistas e os funcionários públicos (Connolly, 2020).

A relação existente entre estes dois setores é orgânica. O Setor B depende da redistribuição da riqueza gerada no Setor A. Sem um não era possível existir o outro.³¹ “*O rendimento do petróleo e do gás natural (...) flui para a Rússia e para o resto da economia*” (Taylor, 2018, p. 124). Assim, o Estado instrumentaliza as empresas detidas por si no setor A, não só para perseguir objetivos relacionados com o lucro, mas também relacionados com o desenvolvimento do resto da atividade económica. Ou seja, mais do que serem lucrativas, é necessário que produzam bens e serviços que sirvam o interesse público. Aliás, a eficiência económica não é sequer requisito para garantir a continuação no mercado, em ambos os casos (Connolly, 2020). Em paralelo com a União Soviética, os constrangimentos orçamentais para estas empresas, do setor A e B, tendem a ser flexíveis. E, mais uma vez, são os mesmos bens exportados a sustentar o funcionamento do resto da economia. São as empresas dominantes do setor dos recursos naturais que ajudam a sustentar outras partes da indústria e da economia russa que de outra forma não subsistiriam (Taylor, 2018).

Em virtude disso, apesar da oportunidade para tornar a economia russa mais dinâmica e diversificar o seu perfil competitivo no mercado internacional, Putin tornou a Rússia ainda mais dependente das exportações de recursos naturais (Taylor, 2018; Connolly, 2020). Esta relação cria volatilidade: “*enquanto isto assegura crescimento transversal a todos os setores quando os preços e o volume de produção dos hidrocarbonetos estão altos, também faz com que a economia afunde quando os preços das commodities caem*” (Connolly & Hanson, 2016, p. 8). Conforme a análise de Sabitova & Shavaleyeva (2015) o orçamento do Estado russo encontrava-se extremamente dependente das receitas provenientes do contingente extrativo e a tendência foi de reforço desta posição e não de diversificação, com apenas um mecanismo robusto de mitigação do risco: os Fundos.

Por fim, existe o Setor C. O mais pequeno da economia e que contempla a iniciativa privada, pequenas e médias empresas dos mais variados setores – construção,

³¹ Connolly & Hanson (2016) consideram que a diversificação económica traria mais autossuficiência à Rússia, uma vez que os níveis de atividade económica estão fortemente correlacionados com as receitas de exportação provenientes dos hidrocarbonetos.

transporte, tecnologia, comunicação, etc. Enfrentam restrições orçamentais rígidas e a sua sobrevivência depende da sua rendibilidade. A competição é alta porque a intervenção do Estado é diminuta e, portanto, há uma maior taxa de inovação e crescimento da produtividade em comparação com os outros setores (Connolly, 2020).

5.3. Capitalismo de Estado

Heywood (2011) identifica três tipos de sistemas capitalistas: Capitalismo Empresarial, Capitalismo Social e Capitalismo de Estado. Este último é o mais utilizado para qualificar a economia de Vladimir Putin e caracteriza-se por ser uma economia capitalista onde o Estado desempenha um papel decisivo.

Djankov (2015) identifica algumas características que evidenciam a formação de um sistema capitalista de Estado durante a liderança de Putin, tais como: (i) o aumento da detenção pública de empresas em setores estratégicos como o financeiro (Sberbank, WTB), energético (Gazprom, Rosneft, Transneft) e os transportes (Aeroflot e Russian Railways); (ii) a exportação de energia utilizada como ferramenta de política externa, ao diversificar os seus destinos de exportação para Oriente (China, Japão e Coreia do Sul) com a construção do oleoduto transiberiano; (iii) a abundância de receita proveniente das indústrias extrativas que mitigou a necessidade de reformas em áreas como a saúde e a educação; (iv) e o aumento de riqueza extrema, com a classe milionária a desenvolver laços diretos com o poder político.

Independentemente da conotação utilizada para descrever o sistema económico da Rússia, houve uma agregação de vários interesses e uma natureza autoritária latente, numa governação que fortaleceu a atuação estatal de uma forma que não se testemunhava desde a desintegração da União Soviética (Connolly, 2020).

Com efeito, tal como aponta Taylor (2018, p.6), “*o liberalismo económico (...) contrabalanceou a tendência conservadora, especialmente no primeiro mandato de Putin (2000-2004).*”. Porém, no segundo mandato, o pendor conservador consolidou-se, em simultâneo, com o ganho de confiança de Putin como agente regulador. O momento de transição entre o primeiro e segundo mandato coincidiu com o crescimento do preço do petróleo e talvez uma das razões que justificava a necessidade de uma maior intervenção pública (Taylor, 2018).

E, objetivamente, Putin chegou ao fim do seu segundo mandato com as suas pretensões cumpridas. O poder da Rússia estava reestabelecido. Foi assumido o controlo da economia por parte do Estado enquanto outras pequenas partes da economia foram deixadas ao comando das forças de mercado (Rosefielde, 2020). O ambiente de negócios era propício ao investimento e havia uma confiança restaurada nos atores políticos/económicos (Connolly, 2020). Apresentou um crescimento económico médio acima dos 7% ao ano entre 2000 e 2008 e a nível social houve uma melhoria de indicadores relacionados com a instauração da lei e ordem, como a diminuição da taxa de criminalidade e aumento da esperança média de vida (Connolly, 2020). Nas palavras de Gustafson (2012, p.185) *“as finanças do país, em ruínas sete anos antes, estavam irreconhecíveis (...) salários e investimento estavam a crescer fortemente (...) Rússia tinha passado de uma das economias mais fracas no mundo para uma das mais fortes”* (vide Anexo II, fig.1).

No entanto, importa enfatizar que *“a chegada de um Presidente que coincide com uma mudança positiva na economia desta escala, gera um amplo apoio da população e cria a narrativa de que Putin criou ordem no caos”* (Becker, 2020, p. 27) Isto porque, embora a estrutura económica se tenha reinventado, não deixava de apresentar fragilidades. Os oligarcas *“atuavam como agentes do Estado e aderiam estritamente aos objetivos estabelecidos por Putin”* (Goldman, 2008, p. 173), havia cada vez menos espaço para a entrada de novas empresas no mercado, os direitos de propriedade eram fracos e o país continuava extremamente dependente da venda de petróleo e gás natural para impulsionar a economia (Connolly, 2020). Em suma, *“Putin reverteu efetivamente o processo de privatização, pelo menos naquilo a que Lenine chamava de “altos comandos” da indústria russa”* (Goldman, 2008, p. 133). Foram estas as condições nas quais Dmitry Medvedev foi eleito Presidente em 2008.

6. Conclusão

A introdução da Rússia no contexto internacional pode ser encarada como o primeiro grande desafio global, após a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética. Esta gestão almejava a aproximação ao Ocidente e a mitigação da ideologia socialista o que, por consequência, iria lançar as bases da transição económica para o mercado livre. Contudo, o aparelho do Estado manteve-se fiel a um *modus operandi* mais intervencionista.

De um ponto de vista geral, durante a Era Soviética, a economia planificada manteve-se organizada segundo o nexos socialista, com o Estado como detentor máximo da atividade produtiva e responsável por determinar a produção, os seus destinatários e, consequentemente, o modo como a riqueza seria distribuída. Nas últimas décadas da economia planificada, já existiam sinais claros de necessidade de mudança, apesar de nenhuma reforma ter almejado os efeitos pretendidos. A *Perestroika*, com destaque para a criação da Lei da Empresa Estatal e a Lei das Cooperativas, foi a última e a mais solene tentativa que, paradoxalmente, lançou a semente para o fim da URSS.

A década de 1990, com Yeltsin como Presidente, trazia a esperança na melhoria das condições de vida e de alinhamento com as práticas e políticas típicas das economias de mercado. É nesta transição que a estabilidade macroeconómica – leia-se, o controlo das contas públicas - a privatização e a liberalização se tornam os principais objetivos sob a abordagem da “terapia de choque”. Aquilo que poderia ser interpretado como uma situação de subdesenvolvimento devido à condição económica frágil e pouco favorável ao desenvolvimento célere, foi reformulado como uma oportunidade para, rapidamente, se fazer essa transição sem uma adaptação concreta das medidas à conjuntura russa. Resultou numa concentração da riqueza e no controlo dos ativos mais valiosos, em específico neste caso, os recursos naturais, por parte de uma elite económica. O crescimento económico ficou aquém das expectativas e a crise de 1998 similarmente trouxe um ambiente de instabilidade e insegurança em relação ao futuro da Rússia.

Com a chegada de Putin ao poder, há uma recuperação da intervenção robusta do Estado, assente numa estrutura tripartida por setores, em cujo setor dos recursos naturais desempenha a função de financiador do resto da economia. A articulação entre este setor e os restantes é orgânica e, no limite, dependente.

Na verdade, a economia e a tomada de decisão foi sempre acompanhada e colocada à mercê dos rendimentos dos recursos naturais, em particular, da produção e exportação de petróleo. Por conseguinte, observa-se que o desempenho económico e político andou sempre a par com a flutuação do seu preço. Senão, veja-se: a subida do preço do petróleo em 1970 ajudaram a manter a URSS de Brezhnev, e a descida na década de 1980 conduziu à queda de Gorbachev; o preço continuou baixo durante a era de Yeltsin, dando pouca margem de manobra para a implementação do capitalismo; e, na governação de Putin, o consecutivo aumento do PIB entre 2000 e 2008, deveu-se novamente à subida do preço do petróleo, acabando por garantir um fundo de maneo suficiente para não serem necessárias reformas profundas e com impacto social.

O processo de transição na Rússia foi evidente, até pelo forte crescimento económico experienciado, ainda que as causas atribuídas não sejam as mais favoráveis e prósperas como já evidenciado anteriormente. Num primeiro momento, existiu um abandono claro da economia planificada na década de 1990, permitindo aos agentes económicos um maior desenvolvimento da iniciativa privada e, simultaneamente, concedeu ao Estado menos competências e responsabilidades em áreas e setores de menor relevância. Mais tarde, observou-se a sua substituição pela conciliação do interesse público e do interesse privado, no que se concretiza como “Capitalismo de Estado”, com o Estado num papel de orientador/mediador da atividade económica. Inclusive, a forte aposta na diversificação dos parceiros comerciais a Oriente, conclusão do insucesso na aproximação ao Ocidente, reflete uma mudança de paradigma. Assim, pelas razões apresentadas, conclui-se que a Federação Russa procurou adaptar-se ao mundo contemporâneo, ainda que com alicerces económicos semelhantes à URSS.

Por fim, como mote para investigações futuras, várias questões emergem: a identificação das causas da inércia na estrutura económica da Rússia – a escolha pouco clarividente da “terapia de choque” poderá explicar uma parte; o impacto da crise na tomada de decisões na política russa (não só da crise de 2008 como até recentemente a crise da covid-19); as razões de a transição não se ter consumado como nos outros países do chamado “Bloco de Leste” que, entretanto, se aproximaram da União Europeia; e até que ponto será a dependência dos recursos naturais uma característica estrutural ou fruto da vontade política que se refugia neste recurso de fácil acesso.

Bibliografia

- Aleksashenko, S., 2010. *Russia's budget dilemma*. [Online] Available at: <https://carnegiemoscow.org/2010/05/19/russia-s-budget-dilemma-pub-40817>
[Accessed 09 April 2022].
- Algieri, B., 2011. *The Dutch Disease: evidences from Russia*, s.l.: Springer Science+Business Media.
- Becker, T., 2020. Russia's macroeconomy - A closer look at growth, investment and uncertainty. In: S. Rosefielde, ed. *Putin's Russia: Economy, Defence and Foreign Policy*. s.l.:World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd., pp. 23-49.
- Boettke, P. J., 1993. *Why Perestroika failed : The politics and economics of socialist transformation*. s.l.:Routledge.
- Brabant, J. M. v., 1998. *The political economy of transition: coming to grips with history and methodology*. s.l.:Routledge.
- Connolly, R., 2020. *The Russian Economy - A very short introduction*. s.l.:Oxford University Press.
- Connolly, R. & Hanson, P., 2016. *Import substitution and economic sovereignty in Russia*, s.l.: Chatham House - The Royal Intitute of International Affairs.
- Considine, J. I. & Kerr, W. A., 2002. *The Russian Oil Economy*. s.l.:Edward Elgar.
- Cooper, J., 2012. The Russian economy twenty years after the end of the socialist economic system. *Journal of Eurasian Studies*, 3 Julho, pp. 55-64.
- Corden, W. M. & Neary, J. P., 1982. Booming Sector and De-Industrialisation in a small-open economy. *The economic journal*, Issue 92, pp. 825-848.
- Costa, C. G., 2014. Economia Política Internacional. In: *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 1 ed. s.l.:D.Quixote, pp. 175-178.
- Desai, P., 1990. *Perestroika in perspective: The design and dilemmas of soviet reform*. s.l.:Princeton University Press.
- Desai, P., 2006. *Conversations on Russia: Reform from Yeltsin to Putn*. s.l.:Oxford University Press.
- Djankov, S., 2015. *Russia's economy under Putin: from crony capitalism*, s.l.: Peterson Institute for International Economics.

- Dobrynskaya, V. & Turkisch, E., 2009. *Is Russia sick with the Dutch Disease?*, s.l.: Centre D'Études Prospectives et D'Informations Internationales.
- Dzarasov, R., 2014. *The conundrum of Russian capitalism: the post-soviet economy in the world system*. s.l.:Pluto Press.
- Ellman, M., 1990. Socialist Planning. In: J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman, eds. *Problems of the Planned Economy*. s.l.:The New Palgrave, pp. 13-21.
- Ellman, M., 2007. The Rise and Fall of Socialist Planning. In: S. Estrin, G. W. Kolodko & M. Uvalic, eds. *Transition and Beyond*. s.l.:Palgrave MacMillan, pp. 17-34.
- Ericson, R. E., 2002. *The Russian economy*, s.l.: Columbia University: Department of Economics.
- Ermolaev, S., 2017. The formation and evolution of the Soviet Union's oil and gas dependence. *Comparative analysis and policy proposals aimed at diversifying the russian economy and enhancing prosperity*, 29 March.
- Frazão, A. J. F., 2011. *Energia e Interdependência: A União Europeia e a Rússia no jogo energético europeu*, Coimbra: s.n.
- Gilpin, R., 2001. *Global Political Economy*. s.l.:Princeton University Press.
- Godoy, S. & Stiglitz, J. E., 2007. Growth, initial conditions, law and speed of privatizations in transition countries: 11 years later. In: S. Estrin, G. W. Kolodko & M. Uvalic, eds. *Transition and Beyond*. s.l.:Palgrave Macmillan, pp. 89-117.
- Goldman, M. I., 2008. *Petrostate: Putin, power, and the New Russia*. s.l.:Oxford University Press.
- Goldsworthy, B. & Zakharova, D., 2010. *Evaluation of the Oil Fiscal Regime in Russia and Proposals for Reform*, s.l.: International Monetary Fund (IMF).
- Grossman, G., 1990. Command Economy. In: J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman, eds. *Problems of the Planned Economy*. s.l.:The New Palgrave, pp. 58-62.
- Guriev, S. & Rachinsky, A., 2005. The role of oligarchs in Russian Capitalism. *Journal of Economic Perspectives*, Volume 19, pp. 131-150.
- Gustafson, T., 2012. *Wheel of fortune: the battle for oil and power in Russia*. s.l.:The Belknap Press of Harvard University Press.
- Hanson, P., 2003. *The rise and fall of the soviet economy - An economic history of the USSR from 1945*. s.l.:Routledge.
- Heywood, A., 2011. *Global Politics*. s.l.:Palgrave Macmillan.

- Kagarlitsky, B., 2002. *Russia under Yeltsin and Putin: neo-liberal autocracy*. s.l.:Pluto Press.
- Kornai, J., 1992. *The Socialist System: The political economy of communism*. s.l.:Oxford:Clarendon Press.
- Kotz, D. M., 2001. Is Russia becoming capitalist?. *Science & Society*, 65(2), pp. 157-181.
- Lane, D., 1992. *Soviet Society under Perestroika*. s.l.:Routledge.
- Lane, D. & Ross, C., 1999. *The transition from communism to capitalism: Ruling Elites from Gorbachev to Yeltsin*. 1 ed. s.l.:St. Martin's Press.
- Lopes, T. F., 2014. Perestroika, Glasnost. In: *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 1 ed. s.l.:D.Quixote, pp. 387-389.
- McCauley, M., 1990. Introduction. In: M. McCauley, ed. *Gorbachev and Perestroika*. s.l.:Palgrave Macmillan, pp. 1-12.
- Mizobata, S., 2020. State-Led innovation and uneven adaptation in Russia. In: S. Rosefielde, ed. *Putin's Russia: Economy, Defence and Foreign Policy*. s.l.:World Scientific Publishing, pp. 51-71.
- Moser, N., 2018. *Oil and the economy of Russia: from the late-Tsarist to the post-Soviet period*. 1st ed. s.l.:Routledge.
- Nove, A., 1990. Planned Economy. In: J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman, eds. *Problems of the Planned Economy*. s.l.:The New Palgrave, pp. 186-197.
- Nunes, A. J. A., 1994. *Noção e objecto da Economia Política*, Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Oomes, N. & Kalcheva, K., 2007. *Diagnosing Dutch Disease: Does Russia have the symptoms?*, s.l.: Fundo Monetário Internacional.
- Popov, V., 2007. Life cycle of the centrally planned economy: why soviet growth rates peaked in the 1950s. In: S. Estrin, G. W. Kolodko & M. Uvalic, eds. *Transition and Beyond*. s.l.:Palgrave Macmillan, pp. 35-57.
- Reis, L., 2014. Capitalismo. In: *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 1 ed. s.l.:D.Quixote, pp. 67-69.
- Rise and Fall of the russian oligarchs - wealth after communism documentary*. n.a.. [Film] Canada: Human Edge.
- Roland, G., 2000. *Transition and Economics: Politics, Markets, and Firms*. s.l.:The MIT Press.

- Rosefielde, S., 2020. Putin's Muscovite Economy. In: S. Rosefielde, ed. *Putin's Russia: Economy, Defence and Foreign Policy*. s.l.:World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd., pp. 3-22.
- Rothbard, M. N., 2009. *Man, Economy, and State with Power and Market*. 2nd ed. s.l.:Ludwig von Mises Institute, Scholar's Edition.
- Sabitova, N. & Shavaleyeva, C., 2015. *Oil and gas revenues of the Russian Federation: trends and prospects*, s.l.: Economic prospects in the context of growing global and regional interdependencies.
- Shevtsova, L., 1999. *Yeltsin's Russia: myths and reality*. 2nd ed. s.l.:Carnegie Endowment for International Peace.
- Shleifer, A. & Treisman, D., 2005. A normal country: Russia after Communism. *Journal of Economic Perspectives*, 19(1), pp. 151-174.
- Slade, G. & Nesterov, A., 2006. *Deconstructing the Millennium Manifesto: the Yeltsin-Putin transition and the rebirth of ideology*. [Online] Available at: <https://geohistory.today/deconstructing-millennium-manifesto/> [Accessed 1 April 2022].
- Taylor, B., 2018. *The code of Putinism*. s.l.:Oxford University Press.
- The rise and fall of the russian oligarchs*. 2006. [Film] Directed by Alexander Gentelev. s.l.: s.n.
- Tikhomirov, V., 2000. *The Political Economy of Post-Soviet Russia*. s.l.:Palgrave Macmillan.
- Tsakalotos, E., 2004. Social norms and endogenous preferences: the political economy of market expansion. In: P. Arestis & M. Sawyer, eds. *The rise of the market: Critical essays on the political economy of Neo-Liberalism*. s.l.:Edward Elgar Publishing Limited, pp. 5-37.

ANEXOS

Anexo I

	1928-40	1950-60	1960-70	1970-5	1975-80	1980-5
<i>Produto Nacional Bruto</i>	5,8	5,7	5,2	3,7	2,6	2
<i>Trabalho</i>	3,3	1,2	1,7	1,7	1,2	0,7
<i>Capital</i>	9	9,5	8	7,9	6,8	6,3
<i>Terra</i>	1,6	3,3	0,2	1	-0,1	-0,1
<i>Produtividade</i>	1,7	1,6	1,5	0	-0,4	-0,5

Tabela 1 – Crescimento soviético de inputs, outputs e produtividade entre 1928-1985 (percentagem média anual)

Nota: os dados para a década de 1940 são omitidos pelo impacto da Segunda Guerra Mundial

Fonte: *Adaptado de Gur Ofer, “Soviet Economic Growth: 1928-1985”, Journal of Economic Literature, 25/4 (Dez, 1987), 1767-18333, em 1778-9 citado por (Connolly, 2020).*

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<i>PIB, %</i>	-14,5	-8,7	-12,7	-4,1	-3,6	1,4	-5,3	6,4
<i>Exportações (bilhões USD)</i>			66,1	81,1	88,5	85,9	73,7	69,7
<i>Importações (bilhões USD)</i>			48,1	60,8	67,6	71,7	57,5	37,9
<i>Inflação (% y-o-y)</i>		874,3	307,7	197,4	47,8	14,8	27,7	85,8
<i>Desemprego</i>	5,2	5,9	8,1	9,4	9,7	11,8	13,3	13
<i>Dívida Pública (% PIB)</i>		70,1	57,6	49,8	50,8	54,4	71	79

Tabela 2 – Indicadores da performance económica 1992-1999

Fonte: *Bank of Finland Institute for Economies in Transition (de fontes oficiais russas) citado por (Connolly, 2020).*

Anexo II

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB (\$ correntes, mil milhões)	259,7	306,6	345,5	430,3	591	764	989,9	1 299,7	1 660,8

Tabela 1 – Evolução do PIB russo (dólares correntes) em valores absolutos entre 2000 e 2008

Fonte: Banco Mundial

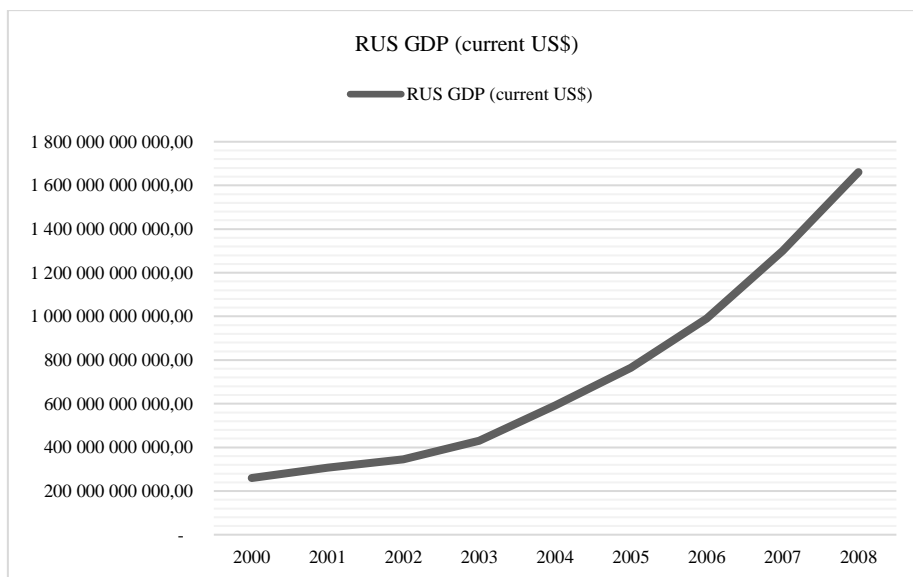


Figura 1 – Evolução do PIB russo (dólares correntes) entre 2000 e 2008

Fonte: Banco Mundial